



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2318 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 14 - Sociologia da Educação

Desigualdades escolares no ensino médio brasileiro: uma visão a partir do ENEM  
Cássio José de Oliveira Silva - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

## Resumo

O crescimento das matrículas no ensino médio brasileiro nas últimas décadas tornou latente parte das desigualdades escolares que aí se encontram. Em meio à busca de uma educação democrática, há ainda uma relativa carência de trabalhos científicos que se dedicam a compreender as dimensões reais do processo de massificação de matrículas neste nível de ensino no país. Tendo em vista esta lacuna, o objetivo deste artigo é analisar as principais mudanças presentes na composição socioeconômica do público que realizou o Exame Nacional do Ensino Médio, desde a criação do exame (1998) até os últimos anos (2014). Em última medida, esta pesquisa tenta contribuir com a compreensão dos fenômenos políticos e institucionais que podem reproduzir as desigualdades educacionais no interior dos próprios sistemas de ensino, à luz da composição sociológica de estudantes em seus contextos familiares.

**Palavras chave:** Ensino Médio; Desigualdades escolares; ENEM

## Introdução

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada pela expansão do acesso à escola básica, num processo que foi ainda mais acentuado no ensino médio, sobretudo pelos setores sociais mais pobres e em situações de precariedade social e econômica. Ainda que com muitas ambiguidades, este fenômeno possibilitou maiores níveis de escolaridade à população brasileira em geral. Todavia, como se sabe, o aumento das matrículas escolares nas últimas décadas foi acompanhado de um sucateamento das condições de escolarização para a maioria da população (PEREGRINO, 2012). O sistema de ensino, em especial o ensino médio, é marcado por desigualdades e exclusão, que se relacionam com questões de classe, raça/etnia, gênero, regiões geográficas e as diferentes políticas públicas educacionais que engendram os vários formatos e modelos de ensino nas unidades federativas no país (KRAWCZYK, 2014). A Tabela abaixo traz uma breve evolução das taxas de matrícula no Ensino Médio de 1991 a 2016.

**Tabela 1- Evolução das Matrículas no Ensino Médio Regular Brasileiro- 1991 a 2016**

Ano	Número de Matrículas
1991	3.772.698
2001	8.398.008
2004	9.169.357
2012	8.376.852
2016	8.133.040

Como nos mostram os estudos que relacionam sociologia e educação, as desigualdades sociais estão conectadas diretamente à relação entre capital e trabalho na sociedade burguesa e esta relação assume formas particulares em cada estrutura social, onde os sistemas de ensino e a educação em geral, não conseguem por si só, alterar as contradições sociais e econômicas desse modo de produção e das relações sociais que daí surgem (ALTHUSSER, 1998; BOURDIEU e PASSERON, 1975; MARX, 1999).

Algumas pesquisas, contudo, têm mostrado que os diferentes modos de organização escolar e dos sistemas de ensino podem atenuar ou reforçar as desigualdades de origem de seus estudantes (ALMEIDA, 2009; DUBET, DURU- BELLAT e VÉRÉTOUT, 2012). Nesta lógica, um importante aspecto a ser analisado no crescimento de matrículas do ensino médio nas últimas décadas está na composição sociológica desse novo público e na organização institucional do sistema de ensino.

Partindo destes pressupostos, esta pesquisa recorreu aos conceitos de *inclusão*, *progressividade* e *segmentação* sugeridos por Ringer (1989) e Viñao (2002), para compreender alguns dos aspectos que marcam a recente constituição desse nível de ensino no país. Em seus trabalhos, os referidos autores analisam as principais diferenciações institucionais que os sistemas educacionais europeus criaram no processo de expansão do acesso à escola pública desde o século XVIII, que contribuíram diretamente para a produção e/ou reprodução de desigualdades educacionais. No geral, sugerem que a *inclusão* de novos setores sociais nos sistemas de ensino, ou seja, o crescimento e/ou universalização de matrículas, tendem por um lado a favorecer o que eles chamam de *progressividade*, ou seja, a oferta escolar aos grupos sociais mais pobres e até então excluídos do sistema de ensino; de outro modo, esta *inclusão* seguida de uma aparente *progressividade*, tende a criar maior seletividade no interior do próprio sistema de ensino pela dinâmica do que classificam como *segmentação*; ou seja, um fenômeno de subdivisão institucional no interior de um mesmo nível de ensino, baseado em diferenciações dos percursos escolares, que se vinculam em grande medida, às condições socioeconômicas de origem das classes sociais no interior da escola (RINGER, 1989 e VIÑAO, 2002). [1] Isso acontece por exemplo, quando dentro de um mesmo nível de

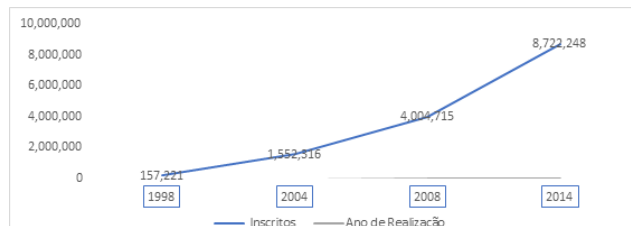
ensino, coexistem diferentes formatos curriculares e/ou percursos escolares com algum marcador social fundado na origem étnica, econômica ou cultural do público escolar e que exerce grande influência nos destinos educacionais entre estudantes de origens sociais diversas no interior de um mesmo sistema de ensino.<sup>[2]</sup>

Estas categorias conceituais, portanto, nos fazem atentar para as particularidades e tendências inscritas no recente processo de expansão de matrículas do ensino médio brasileiro. Quais as mudanças mais significativas estiveram presentes neste processo? Como elas refletiram/refletem no sistema de ensino? A ausência de dados e informações sobre o novo público que se encontra nas escolas brasileiras e também daqueles que, após o egresso, buscam espaço junto aos cursos superiores no Brasil, constitui um problema inerente às políticas públicas atuais. Partindo destes pressupostos, este trabalho apresenta parte dos resultados encontrados numa pesquisa mais ampla, ligadas ao desenvolvimento de uma tese de doutorado. Nela, utilizamos-nos dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos períodos de 1998; 2004; 2008 e 2014, para analisar: I-) o perfil socioeconômico; II-) as tendências das trajetórias escolares e III-) a relação com o mercado de trabalho de estudantes que realizaram exame no Brasil nestes períodos. Neste artigo, demos exclusividade apenas à análise das principais mudanças que marcam o perfil socioeconômico da população que realizou o exame agrupadas de acordo com as diferentes regiões geográficas brasileiras e período de realização do exame.

## Resultados

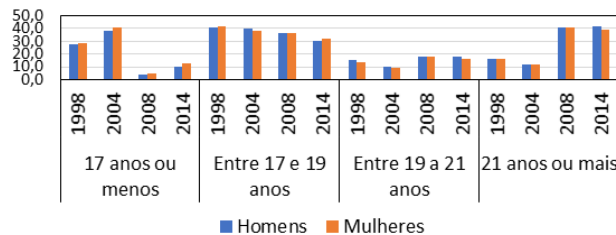
**Inscrições** - No primeiro ano de realização do ENEM, em 1998, o exame recebeu pouco mais de 157 mil inscrições (157.221). A tendência percebida no gráfico abaixo, de crescimento no número da população que se inscreveu para o exame a cada ano - chegou a quase 9 milhões de inscritos em 2014 – se deu sobretudo pelo forte estímulo de políticas públicas a nível federal, que passaram a usar as notas do exame como principal critério para ingresso no ensino superior no país, tanto nas instituições públicas, como nas privadas.<sup>[3]</sup>

**Gráfico 1- Evolução nas taxas de inscrições para realização do ENEM-1998 a 2014**



**Composição etária e de sexo** - Em relação à composição etária da população que realizou o ENEM nos diferentes períodos, o gráfico abaixo foi construído dividindo as respostas de estudantes em quatro faixas etárias<sup>[4]</sup>.

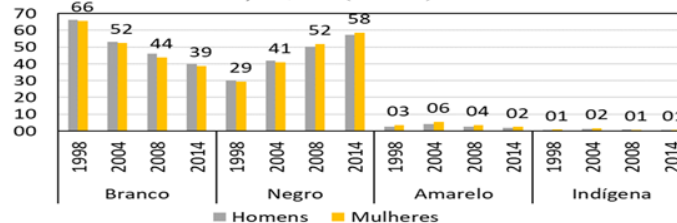
**Gráfico 2 - Percentual de alunos que prestaram o ENEM, por ano, sexo e idade, Brasil (1998-2014)**



Como se percebe, há uma tendência de redução significativa na proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que realizou o exame em 1998 e 2004, quando comparamos os anos de 2008 e 2014. De modo inversamente proporcional, cresce de maneira significativa a proporção de jovens que têm 21 anos ou mais - passa de pouco mais de 15% em 1998 e chega a aproximadamente 40% da população em 2014, o que pode estar relacionado a um tempo maior de preparação para realização do exame, por conta das próprias mudanças observadas em sua função e procura (TRAVITZKI, 2013). Em relação às diferenças e proporção do sexo da população, percebe-se uma leve predominância do sexo feminino entre os (as) mais jovens - 17 anos ou menos - nos quatro períodos analisados. Esta tendência, entretanto, se inverte quando se analisa aqueles de maior idade. Ou seja, entre os mais velhos, nos quatro períodos analisados, há uma leve predominância do sexo masculino.

**Raça/ cor**- Analisando a frequência da variável raça/cor pelo percentual de estudantes que realizou o ENEM em cada ano, notam-se algumas tendências importantes, como se vê no gráfico abaixo:

**Gráfico 3 - Percentual de alunos que prestaram o ENEM, por ano, sexo e raça/cor, Brasil (1998-2014)**



Enquanto a população que se autodeclarou de cor "branca" no exame em 1998 representava aproximadamente 66% do total de inscritos, a população que se autodeclarou<sup>[1]</sup> era de aproximadamente 29%. Em 2014, essa diferença diminuiu e composição da população que se autodeclarou "branca" no exame em 2014 passou a ser de aproximadamente 39%, enquanto a população que se autodeclarou "preta" ou "parda pulou para quase 58% do total de inscritos no exame. Isto indica uma mudança na composição étnica da população que realizou o exame ao longo do período e uma aproximação com a composição étnica da população brasileira em geral, sugerindo maior representatividade de grupos historicamente excluídos da cidadania. Candidatos (as) que se autodeclaravam amarelos/as ou indígenas oscilavam entre 1% e 6% nos diferentes períodos, sendo que no senso populacional geral, aparecem respectivamente com 0,5% (amarelos) e 0,4% (indígenas) (PNAD, 2015).

**Escolaridade da família** - Para analisar os graus de escolaridade da família de estudantes que realizaram exame a cada ano, agregamos as categorias originais das respostas em "faixas de escolaridade" que incluem os respectivos níveis de ensino e pode nos oferecer uma compreensão mais objetiva dessas informações. Assim, criamos quatro "faixas de qualificação escolar" para as respostas desta variável: **1)** "Sem escolaridade até fundamental I"; **2)** "Fundamental II até Ensino Médio Incompleto"; **3)** "Ensino Médio completo até superior Incompleto" e; **4)** "Superior completo até pós-graduação". Além disso, desagregamos os dados por região, para tentar aproximar a compreensão analítica desse público territorialmente.

**Tabela 3 - Distribuição relativa do total de alunos que realizou o ENEM, segundo o ano do exame e o nível de escolaridade dos pais, por região de residência, Brasil (1998-2014)**

Ano do ENEM e nível de escolaridade	Pai				Mãe					
	NO	NE	SE	SU	CO	NO	NE	SE	SU	CO
1998										
Sem escolaridade até fundamental I	35,8	45,2	39,8	61,5	27,7	30,0	40,2	39,4	60,8	23,3
Fundamental II até médio incompleto	22,4	19,7	24,8	21,9	22,2	25,3	23,0	25,3	22,9	23,8
Médio completo até superior incompleto	24,5	17,0	17,9	11,6	21,7	29,4	19,3	19,6	10,8	25,0
Superior completo até pós-graduação	17,4	18,1	17,5	5,0	28,4	15,3	17,5	15,7	5,4	27,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2004										
Sem escolaridade até fundamental I	47,8	50,0	31,1	36,0	38,0	38,3	42,1	28,8	33,0	31,0
Fundamental II até médio incompleto	24,2	20,9	23,2	27,4	25,9	25,8	23,1	24,8	27,9	27,8
Médio completo até superior incompleto	19,4	20,3	25,1	23,6	22,7	25,7	24,4	26,3	24,5	25,3
Superior completo até pós-graduação	8,6	8,8	20,6	13,1	13,4	10,2	10,5	20,1	14,7	15,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2008										
Sem escolaridade até fundamental I	50,4	54,7	41,1	40,2	45,2	39,3	44,9	37,3	35,8	35,9
Fundamental II até médio incompleto	23,9	20,9	23,4	27,9	25,1	25,4	23,1	24,7	28,4	27,1
Médio completo até superior incompleto	20,4	19,2	23,6	23,6	21,4	27,0	24,0	24,6	24,5	25,4
Superior completo até pós-graduação	5,3	5,1	11,9	8,3	8,2	8,4	8,0	13,4	11,3	11,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2014										
Sem escolaridade até fundamental I	43,2	45,1	32,8	32,7	36,2	30,7	33,5	26,8	27,3	25,9
Fundamental II até médio incompleto	24,6	23,9	25,0	28,4	26,9	25,3	25,9	25,2	28,3	27,1
Médio completo até superior incompleto	23,8	23,4	28,1	26,5	24,4	31,0	28,3	30,4	28,1	29,5
Superior completo até pós-graduação	8,4	7,6	14,1	12,4	12,6	13,0	12,3	17,6	16,3	17,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

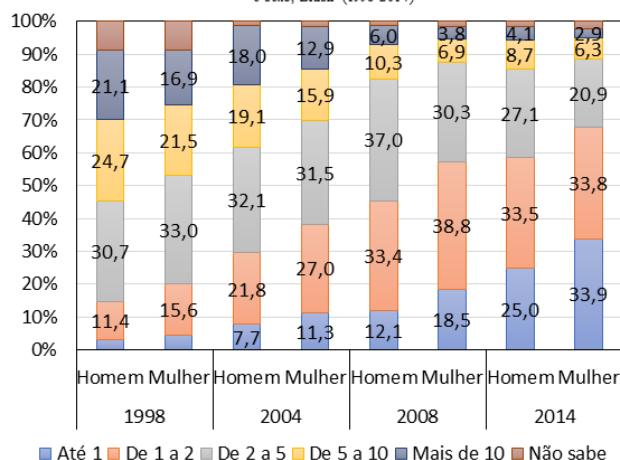
Fonte - Microdados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) 1998, 2004, 2008 e 2014 - Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (INEP)

Nota - Todos os alunos que preencheram o questionário socioeconômico tiveram que responder esta pergunta

Como se vê na tabela acima, do total da população que realizou o ENEM no período estudado, as regiões NO (Norte) e NE (Nordeste) apresentaram as maiores proporções de pais com os menores níveis de escolaridade. Há que se levar em conta que o tamanho dessa população muda radicalmente nos diferentes períodos, entretanto, percebe-se que nas regiões Sudeste (SE), Sul (SU) e Centro-Oeste (CO), a distância entre a proporção de estudantes cujos pais e mães tinham os menores níveis e aqueles que tinham os maiores níveis de escolaridade, diminuiu significativamente. Isso pode indicar um aumento médio geral da escolaridade de pais e mães de estudantes, como observa a pesquisa de Hasenbalg e Silva (2003). Quando se analisa a média de escolaridade do nível nacional, esta tendência também se confirma. Por exemplo: em 1998, 48,3% das mães de estudantes que se inscreveram para o exame se enquadraram em "Sem escolaridade até fundamental I", enquanto apenas 16% dessas mães estavam na categoria "Médio completo até superior incompleto". Em 2014, esta proporção caiu para 29,5% de "Sem escolaridade até fundamental I" e subiu para 29,3% de "Médio completo até superior incompleto".

**Renda familiar** -O gráfico abaixo demonstra tendências importantes sobre esta variável, quando analisamos as faixas de renda tendo como base o salário mínimo de cada período estudado.

**Gráfico 4 - Distribuição dos alunos que fizeram o ENEM por nível de renda e sexo, Brasil (1998-2014)**



A análise dos dados acima, indica que no primeiro ano de realização do exame (1998), uma porção significativa dos estudantes - 42,1% é a média entre os dois sexos -, pertenciam a famílias com níveis mais elevados de renda, ou seja, acima de 5 salários mínimos. Desses, 23,1% tinham renda entre 5 e 10 salários mínimos e 19% tinham renda superior a 10 salários mínimos mensais. Entre os grupos de menor renda, havia 32% com que declaravam ganhar de 2 a 5 salários mínimos, considerando a média da soma entre os sexos. Com esta mesma média, 13,5% das famílias tinham renda de 1 a 2 salários mínimos e 3,8% do total da população no mesmo período (1998), renda menor ou igual a 1 salário mínimo. De modo geral, no primeiro ano de realização do ENEM, havia uma proporção significativa de famílias de rendas mais altas, o que necessariamente nos possibilita afirmar que, considerando os dados sobre as condições socioeconômicas do Brasil, estavam excluídos desta população uma parcela majoritária de jovens em situação de pobreza e exclusão social do ENEM, ainda que estes grupos pudessem já estar matriculados no ensino médio.

A evolução histórica da renda familiar na população estudada indica um crescimento proporcional significativo de famílias de renda mais baixas, sobretudo a partir de 2004. Crescimento este que pode estar respondendo às políticas públicas que fomentaram a expansão do acesso ao ensino superior no país ao longo dos anos 2000. Tomando o período de 2014 na análise desses dados, percebe-se que, quando somamos a média da renda das famílias entre os diferentes sexos, temos aproximadamente 63,5 % dessa população com renda de até 2 salários mínimos para o período. Isso representa aproximadamente 5,5 milhões de jovens que se inscreveram no exame em 2014 nesta faixa de renda. Se agregarmos a estas faixas de renda, famílias que têm renda total entre 2 e 5 salários mínimos, a proporção chega a 87,5% da população que realizou o exame em 2014. Ou seja, a maioria esmagadora da população que realizou o exame no último ano de análise, tem renda de até cinco salários mínimos, ainda que predomine nesse conjunto, famílias com renda total de até dois salários mínimos.

#### Considerações Finais

Há uma literatura científica robusta que investiga os principais determinantes socioeconômicos sobre desempenho acadêmico na escola básica (BARBOSA, 2007 e 2011; ALVES e SOARES, 2007 e TRAVITZKI, 2013). Neste trabalho, tentamos sistematizar, através da evolução de um curto

período histórico, quais as principais mudanças socioeconômicas marcam a população que realizou o ENEM e passou pelo ensino médio no Brasil. A análise dos dados pode sugerir que a inclusão de setores sociais historicamente excluídos do ensino médio brasileiro, apesar de poder estar deslocando a seletividade escolar no Brasil para os níveis mais altos, sobretudo na busca de acesso ao ensino superior, indica que o desafio de tornar o ensino médio democrático ainda está colocado. Um dos nossos outros objetivos colocados na pesquisa mais ampla no qual estes dados se inserem, é tentar construir possíveis correlações entre o perfil socioeconômico desses jovens, suas trajetórias no sistema de ensino (tipo de escola, turno e repetência/ evasão) e a relação com mercado de trabalho. Ou seja, inferir como o fenômeno da *inclusão* incide nos processos de *segmentação* nas trajetórias escolares de jovens que passaram pelo ensino médio no Brasil nas últimas décadas. Em última medida, este estudo procura dar sua contribuição sobretudo com o debate sobre a qualidade de nossa democracia e a inerente necessidade da distribuição social dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade de forma igualitária entre as classes sociais que sempre estiveram em situações de exclusão e dominação (SAVIANI, 1989).

## Referências

- ALMEIDA, Ana Maria F. *Sistema de Ensino e Desigualdade*. In.: As escolas dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular e desigualdade social. Ed. Argvmenvmt. Belo Horizonte, 2009.
- ALVES, Maria Teresa G. ; SOARES, José Francisco. **AS PESQUISAS SOBRE O EFEITODAS ESCOLAS: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 435-473, maio/ago.2007
- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **As desigualdades diante da educação e seus efeitos sociais** CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 9-13, Jan./Abr. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Desigualdade e Desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira**. Coleção Trabalho e Desigualdade. Belo Horizonte, MG: 1ª Reimpressão. 272p. Fino Traço, 2011.
- BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean Claude .(Orgs) **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1975.
- BRASIL. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - *PNAD*. 2015.
- DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie e VÉRÉTOUIT, Antoine. **As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas**. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 14, p. 22-70. No. 29, jan./abr. 2012.
- GOMES, Candido Alberto. **O ensino médio ou a história do patinho feio recontada**. Brasília: Universa, 2000.
- HASENBALG, Murillo e SILVA, Nelson do Valle. **Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil**. Ed. Topbooks. Rio de Janeiro, RJ. 2003.
- MEC/INEP. *Censo Escolar 2016*. Notas estatísticas. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf) Acesso em 14.05. Brasil, 2017.
- KRAWCZYK, Nora. **Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional**. Nora Krawczyk (Org.). São Paulo, SP. Editora Cortez, 2014.
- KRAWCZYK, Nora e FERRETI, Celso João. **Flexibilizar para quê?** Meias verdades da "reforma". Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44. 2017.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, SP. Ed. Nova Cultural, 1999.
- PEREGRINO, Monica. **Novas desigualdades criadas pela expansão escolar na década de 1990: efeitos sobre a instituição** In.: Família, Escola e Juventude. Olhares Cruzados Brasil-Portugal. Juarez Dayrell ...[et. al.] organizadores. Ed. UFMG, 2012.
- RINGER, Fritz. **On segmentation in modern european educational systems: the case of French secondary education, 1865-1920** In: *The rise of the modern educational system: Structural change and social reproduction 1870-1920*. (Org) RINGER, F.; MULLER, Detlef K. and. SIMON, Brian. University of Cambridge, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Ed. Cortez. São Paulo- SP, 1989.
- TEIXEIRA, Anísio. **A educação escolar no Brasil**. In.: Pereira ,Luiz e Foracchi, Marialice. Educação e Sociedade. pp.388-413. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1978.
- TRAVITZKI, Rodrigo. **ENEM: Limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino médio enquanto indicador da qualidade escolar**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. USP, 2013.
- UNICEF/Brasil. **10 Desafios do Ensino Médio**. Unicef. Brasília, 2014.
- VIÑAO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas. Continuidades y cambios**. Ediciones Morata (Colección Pedagogía. Razones y propuestas educativas, 10) Madrid, 2002.
- [1] Agrupamos no gráfico as categorias de autodeclaração "pretos"/"pardos" na categoria "Negro", seguindo a metodologia de classificação étnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- [1] É bom lembrar que a idade ideal de frequência ao ensino médio no Brasil é de 15 a 17 anos.
- [1] Este fenômeno é classificado por Ringer (1989; p.55) como *segmentação horizontal*.
- [2] No Brasil, curiosamente, a *segmentação* aparece desde o início da constituição de um sistema escolar nacional na década de 1940 (GOMES, 2000; KRAWCZYK, 2011; TEIXEIRA, 1978) e que volta à cena de ameaça a possibilidade de uma educação mais democrática com a aprovação da Lei 13.415/2017 (FERRETI e KRAWCZYK, 2017).
- [3] Quais sejam: *Programa Universidade para Todos* (PROUNI- 2005); *Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior* – (FIES- 2003); *Sistema de Seleção Unificado* – (SISU-2010) e Lei de Cotas (2012). Estas políticas públicas, quando percebidas de forma integrada, têm em comum o fato de usarem a nota do ENEM como principal critério de seleção para ingresso no ensino superior no país.